

Os caminhos do Legislativo

JOSEMAR DANTAS
Da editoria de Opinião

Sob a excitante expectativa de um ano que promete ser generoso em matéria de controvérsia política e de ácidos debates sobre os atuais dilemas sociais e econômicos do país, prepara-se o Congresso Nacional para retomar as suas atividades constitucionais. Ponderáveis razões ligadas à tessitura de acontecimentos recentes e os próprios compromissos democráticos assumidos à boca das urnas de 15 de novembro, estes em uma ordem de importância e grandeza como jamais ocorrerá ao curso destes últimos 18 anos, justificam plenamente essa expectativa.

Em nenhuma outra ocasião de nossa experiência contemporânea a opinião pública nacional esteve tão vigilante quanto agora. Um testemunho irrecusável desse novo comportamento da sociedade civil ocorreu ontem, de uma forma só surpreendente para quem não compreendeu o sentido político da massiva participação popular na escolha dos mandatários da soberania nacional em novembro passado. Com efeito, as galerias e os amplíssimos salões do Congresso Nacional mostraram-se exíguos para acolher o contingente de interessados em testemunhar o compromisso constitucional dos novos deputados e senadores. Seguramente, essa ânsia de participação, que o episódio, espécie de microcosmo do universo político, demonstrou com notável evidência, é também uma evidência do progressivo amadurecimento das convicções nacionais.

Um corte transversal na composição política da legislatura a instalar-se em março permite entrever que, não obstante a massa crítica dos problemas nacionais pendentes de avaliação e solução, o Congresso Nacional deverá

destiná-la um tratamento coerente com os postulados da abertura democrática. Não só porque os radicais, de um lado a outro do espectro ideológico, mereceram escasso endosso do voto popular, como principalmente, a correlação de forças políticas se estende sobre linha inviabilizadora das hegemonias partidárias, pressente-se, desde agora, que as soluções de consenso irão prevalecer na crítica função legislativa do Congresso.

As questões econômicas e sociais, hoje postas como rubricões de tempestuosa e difícil transposição, pressagiam a eclosão de debates calorosos, com o desbordamento para retóricas contundentes. É uma previsão associada à experiência vivida em outras etapas do processo dialético da República, quando as institui-

ções, atingidas pelas forças incoercíveis da História, tiveram que ser reconstruídas sob inspiração dos princípios democráticos. A democracia, porém, é o único regime capaz de administrar, sem traumas, esse conflito, organizando sínteses com autoridade e força política suficientes para prodigalizar a estabilidade das instituições.

Contudo, sem abdições espúrias de princípios programáticos e ideológicos, certamente as forças político-partidárias hoje assentes no Congresso Nacional estão convocadas, tanto em função da natureza e extensão atuais do contraditório político, quanto em razão da própria força das correntes em conflito, a orientar-se no rumo das soluções mediadoras. Infunde confiança a essa premonição o fato mesmo de que os mandatos outorgados em 15 de novembro o foram sob a tutela de um processo largamente democratizante, dentro do qual não há espaço para exercícios de posições monolíticas, invulneráveis aos apelos da racionalidade política.

É de lembrar-se que a principal e fundamental missão do Congresso eleito em 15 de novembro é sancionar um novo contrato social dentro da moldura da Constituição, capaz de expressar os anseios de modernização da sociedade brasileira. E o contrato pressupõe partes reunidas sob as condições de acordo quanto à essência das cláusulas contratadas. O contrário disso seria o impasse irremediável ou o advento de uma Constituição imposta por eventual maioria parlamentar, que, assim, nasceria com o vício original da irrepresentatividade. Ou, melhor dizendo, com os vírus potenciais da desagregação das instituições.

